



ACÓRDÃO Nº596/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11415/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Paulo Roberto Mendonça dos Santos Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 742/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto, referente ao exercício de 2016 (U.G: 17107), de responsabilidade do Sr. **Paulo Roberto Mendonça dos Santos Junior**, Diretor – Geral do Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao Sr. **Paulo Roberto Mendonça dos Santos Junior**, Diretor – Geral do Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.3. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do



ACÓRDÃO Nº596/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Ausência do parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno junto à prestação de contas, consoante o que prescreve o Inciso III, do artigo 10 da Lei Orgânica do TCE-AM (Lei Estadual nº 2.423/96). Cumpre salientar que a existência do mencionado Setor de Controle Interno é exigência do artigo 70 da Constituição Federal, bem como artigo 39 da Constitucional do Estado do Amazonas;
- 10.3.2.** Desatualização e/ou ausência do Portal da Transparência em desacordo com a Lei nº 12.527/2017 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência);
- 10.3.3.** Ausência do Demonstrativo dos Créditos Autorizados no Orçamento, bem como dos Créditos Adicionais abertos durante o exercício, junto a Prestação de Contas da Unidade Gestora, em cumprimento ao artigo 2º da Resolução nº 05/90 – TCE-AM;
- 10.3.4.** Ausência da Relação das Provisões Recebidas, especificando a data, número e valor junto a Prestação de Contas da Unidade Gestora, em cumprimento ao artigo 2º da Resolução nº 05/90 – TCE-AM;
- 10.3.5.** Ausência do Demonstrativo dos Recebimentos e Pagamentos Independentes da Execução Orçamentária, junto à Prestação de Contas da Unidade Gestora, em cumprimento ao artigo 2º da Resolução nº 05/90 – TCE-AM;
- 10.3.6.** Ausência do Inventário dos Estoques de materiais existentes no final do exercício, junto a Prestação de Contas da Unidade Gestora, em cumprimento ao artigo 2º da Resolução nº 05/90 – TCE-AM;
- 10.3.7.** Ausência do Relatório Circunstanciado de Atividades, elaborado pelo dirigente do Órgão, junto a Prestação de Contas da Unidade Gestora, em cumprimento ao artigo 2º da Resolução nº 05/90 – TCE-AM;
- 10.3.8.** Ausência de registro no Sistema de Admissão de Pessoal – SAP, das cessões de mão-de-obra oriundas do PRODAM, em descumprimento ao §1º. do artigo 2 da Resolução nº. 16/2009 do TCE/AM;
- 10.3.9.** Ausência de justificativas sobre os pagamentos a título de Indenizações (natureza de despesa nº 33909301).

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº.



ACÓRDÃO Nº596/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral, em substituição